



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Implementação do Turismo Sustentável: Barreiras e Políticas

José Maria Almeida Mendes Roquette Viana

Mestrado em: Políticas Públicas

Orientador(a):

Doutor Álvaro Dias, Professor Auxiliar com Agregação,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Implementação do turismo sustentável: barreiras e políticas

José Maria Almeida Mendes Roquette Viana

Mestrado em Políticas Públicas

Orientador(a):

Doutor Álvaro Dias, Professor Auxiliar com Agregação,

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

Agradecimento

Neste momento de agradecimentos, quero expressar a minha profunda gratidão a todos os que contribuíram de forma significativa para a realização deste trabalho. Esta jornada académica foi repleta de desafios e conquistas, e o apoio que recebi foi essencial para o meu sucesso.

Em primeiro lugar, desejo agradecer ao meu orientador, Álvaro Dias, pela orientação sábia e encorajadora que me proporcionou durante todo o processo. As suas sugestões, expertise foram fundamentais para a conclusão desta tese. A sua disponibilidade e dedicação como orientador foram inestimáveis.

À minha família, agradeço pela compreensão, apoio incondicional e incentivo ao longo de todo o processo. Sem o vosso apoio e suporte, esta realização não teria sido possível.

Não posso esquecer os amigos que estiveram ao meu lado, oferecendo palavras de encorajamento nos momentos difíceis e partilhando as alegrias do meu progresso.

Aos participantes do questionário, cujas respostas foram fundamentais para a minha pesquisa, quero expressar a minha gratidão. A vossa contribuição foi crucial para a qualidade deste estudo.

Por último, mas não menos importante, agradeço a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para este projeto. A todos os que acreditaram em mim e no meu potencial, o meu mais sincero agradecimento.

Este capítulo de agradecimento não reflete completamente a extensão da minha gratidão, mas espero que transmita a minha profunda apreciação por todos que desempenharam um papel fundamental nesta jornada.

Muito obrigado a todos.

José Roquette Viana

Resumo

O presente estudo de mestrado analisou as causas das barreiras para a implementação bem-sucedida do turismo sustentável, destacando uma evolução na percepção dos participantes. Os resultados indicam um crescente reconhecimento da importância de uma visão a longo prazo, integração governamental e uma redução da carga burocrática como elementos fundamentais para enfrentar os desafios que afetam a implementação do turismo sustentável. Além disso, o estudo enfatiza a necessidade de maior clareza nas medidas e políticas sustentáveis, juntamente com uma crescente ênfase da integração das políticas na política do governo, proporcionando novos insights que podem enriquecer as estratégias de desenvolvimento sustentável no setor de turismo.

Palavras-Chave: turismo sustentável, implementação, causas, barreiras.

Abstract

The present master's study analyzed the causes of barriers to the successful implementation of sustainable tourism, highlighting an evolution in the participants' perception. The results indicate a growing recognition of the importance of a long-term vision, government integration, and a reduction in bureaucratic burden as fundamental elements in addressing the challenges affecting the implementation of sustainable tourism. Furthermore, the study emphasizes the need for greater clarity in sustainable measures and policies, along with an increasing emphasis on policy integration in government policy, providing new insights that can enrich strategies for sustainable development in the tourism sector.

Keywords: sustainable tourism, implementation, causes, barriers.

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Capítulo 1. Introdução	1
Capítulo 2. Revisão da Literatura	5
2.1. Definição de Turismo Sustentável	5
2.2. Barreiras à implementação do Turismo Sustentável	7
2.3. Políticas Públicas realizadas em Portugal	9
Capítulo 3. Metodologia	13
3.1. Método Delphi	13
3.2. Método Q-Sort	14
3.3. Método Delphi+ Q Sort	15
3.4. Consenso no Método Delphi com Q-Sort	16
Capítulo 4. Desenvolvimento do Questionário e resultados	17
4.1. Revisão da literatura e formulação das hipóteses	17
4.2. Composição do Painel de Peritos	17
4.3. Estrutura do questionário	18
4.4. Primeira ronda de estudo	18
4.5. Segunda ronda de estudo	19
4.6. Terceira ronda de estudo	20
4.7. Análise dos resultados	20
Capítulo 5. Conclusões	27
Referências Bibliográficas	29

Introdução

O turismo sustentável é um conceito amplamente debatido e defendido como um caminho fundamental para mitigar os impactos negativos da indústria do turismo no ambiente natural, sociocultural e económico. Altinay, Var, Hines e Hussain (n.d.) destacam que, apesar do crescente reconhecimento da sua importância, a efetiva implementação do turismo sustentável continua a deparar-se com várias barreiras em todo o mundo. É inegável a urgente necessidade de promover o desenvolvimento do turismo que considere as gerações futuras, a conservação dos recursos naturais e o bem-estar das comunidades locais. No entanto, as persistentes dificuldades na transformação das políticas e práticas existentes em direção à sustentabilidade sugerem a existência de desafios complexos e multifacetados.

Esta tese de mestrado pretende analisar as causas para a existência de barreiras na implementação do turismo sustentável, identificando fatores críticos que continuam a desafiar a eficácia das políticas e iniciativas em diversos destinos turísticos. Estudos anteriores, como o de Dodds e Butler (2009) em destinos de turismo em massa, Hatipoglu, Alvarez e Ertuna (2016) na região da Trácia, na Turquia, e Logar (2010) em Crikvenica, Croácia, têm-se concentrado em casos específicos, destacando a importância das barreiras à sustentabilidade em contextos locais. No entanto, uma análise comparativa e transnacional é essencial para a compreensão abrangente das complexidades que envolvem a implementação do turismo sustentável.

Além disso, esta tese adotará uma abordagem multidisciplinar, incorporando contribuições de diversas áreas. Tosun (2001) destaca que a gestão do turismo, ciências ambientais, planeamento urbano e políticas públicas são todas dimensões fundamentais para a compreensão das barreiras ao turismo sustentável. Isso permitirá uma compreensão mais profunda das múltiplas dimensões das barreiras ao turismo sustentável.

Os métodos de pesquisa utilizados nesta tese incluem a revisão sistemática da literatura, análise de políticas públicas relacionadas ao turismo sustentável e a realização de questionários através do método Delphi e Q-sort. O método Delphi, como descrito por Okoli e Pawlowski (2004), permitirá recolher contributos de especialistas em turismo e sustentabilidade de diferentes partes do mundo, ajudando a identificar e priorizar as barreiras mais relevantes. O método Q-sort, conforme destacado por Worrell, Di Gangi e Bush (2013), possibilitará a classificação e organização das opiniões dos especialistas, fornecendo uma estrutura mais sólida para a análise dos resultados.

Ao longo deste trabalho, a pesquisa beneficiar-se-á do uso de métodos de pesquisa adicionais, como análise de documentos de políticas de turismo sustentável, a fim de recolher dados primários e secundários. A análise dos dados recolhidos será baseada nas melhores práticas e lições aprendidas de destinos de turismo em todo o mundo, na procura por soluções eficazes e estratégias para superar as barreiras identificadas.

Resumindo, esta tese procura explorar as causas para a persistência de barreiras na implementação do turismo sustentável, com base numa análise comparativa e multidisciplinar que considera uma variedade de contextos geográficos e políticos. A pesquisa visa contribuir para uma compreensão aprofundada destes desafios e, assim, promover políticas mais eficazes e práticas sustentáveis na indústria do turismo em escala global

Revisão da Literatura

2.1. Definição de Turismo Sustentável

O turismo sustentável é descrito como “o turismo que considera as necessidades futuras dos turistas, das comunidades locais e do meio ambiente rural, bem como as suas interações e interdependências” (UNWTO, 1997). O turismo sustentável procura reduzir ao mínimo os impactos ambientais, económicos e sociais que o turismo pode ter nos destinos turísticos, assegurando a sua sustentabilidade a longo prazo.

O conceito de turismo tem sido extensivamente debatido na literatura, suscitando discussões sobre a sua definição. De acordo, com (Torres-Delgado & López Palomeque, 2012), o turismo sustentável é um tipo de turismo que deve atender as gerações atuais sem pôr em perigo o futuro das gerações vindouras. Por outro lado (Dodds & Butler, 2009), afirmam que o turismo sustentável representa uma forma de turismo que visa minimizar os efeitos prejudiciais do turismo no meio ambiente e nas comunidades locais, ao mesmo tempo que potencia os efeitos benéficos.

Segundo (Logar, 2010), o turismo sustentável também deve ser culturalmente sensível e oferecer oportunidades justas e equitativas para todos os envolvidos no setor, incluindo as comunidades locais e turistas. Para alcançar o turismo sustentável, políticas e instrumentos e instrumentos específicos devem ser adotadas. Para este efeito, (Yolal, 2009) destaca que a implementação de políticas públicas é essencial para o desenvolvimento do turismo sustentável. De acordo com os autores, o Estado deve fornecer orientações claras e investir em infraestrutura e serviços para tornar o turismo mais sustentável. Além disso, os governos devem incentivar a adoção de práticas sustentáveis pelas empresas e estimular a participação das comunidades locais no processo de tomada de decisão. Todavia, (Tosun, 2001) ressalta que a implementação do turismo sustentável pode ser desafiadora em países em desenvolvimento como é o caso da Turquia. Neste sentido, as limitações financeiras e a falta de capacitação e conhecimento em relação ao turismo sustentável podem se revelar obstáculos significativos para o desenvolvimento sustentável do turismo. Além disso, (Hatipoglu et al., 2016) destaca ainda que a participação dos stakeholders é fundamental para o sucesso da implementação do turismo sustentável. Segundo estes, a falta de envolvimento das comunidades locais e outras partes interessadas pode levar a conflitos e dificultar a implementação de políticas sustentáveis.

(Raad, 2019) destaca que o turismo sustentável não deve ser visto apenas como uma forma de proteger o meio ambiente, mas também como uma ferramenta para promover o desenvolvimento económico e social. Assim, a implementação de políticas sustentáveis deve ter em consideração as necessidades das comunidades locais, além de procurar o envolvimento e a participação das mesmas no processo de tomada de decisão. No entanto, (Altinay et al., n.d.) aponta que a implementação do turismo sustentável, pode ser desafiadora em destinos turísticos de massa, como a Jamaica. Dado que os governos muitas vezes priorizam o desenvolvimento económico em detrimento da proteção ambiental.

Para superar estes obstáculos, (Waligo et al., 2013) sugerem a adoção de uma abordagem de gestão do turismo sustentável com a participação de múltiplos stakeholders. Segundo estes, a participação de diferentes grupos, como governos, empresas, comunidades locais e turistas, é essencial para garantir que as políticas sustentáveis sejam adotadas de forma efetiva. Por fim, (Liu, 2003) apresenta uma crítica ao conceito de turismo sustentável, destacando que a implementação do turismo sustentável pode ser vista como uma forma de controlo social e cultural. Dado que, muitas vezes as políticas e práticas sustentáveis são adotadas sem levar em consideração as necessidades e as perspetivas das comunidades locais, resultando numa forma de neocolonialismo.

O desenvolvimento do turismo sustentável envolve a implementação da prática sustentáveis em todas as fases da cadeia de valor do turismo, desde a conceção até à operação e manutenção dos destinos turísticos (Waligo et al., 2013). Isso inclui a minimização dos impactos ambientais, a proteção dos recursos naturais e culturais, o envolvimento das comunidades locais e o estímulo ao desenvolvimento socioeconómico das áreas turísticas.

Uma das principais abordagens para o desenvolvimento do turismo sustentável é a gestão integrada dos destinos turísticos (GITD), que visa promover o desenvolvimento equilibrado e sustentável dos destinos turísticos, ao mesmo tempo que maximiza os benefícios socioeconómicos para as comunidades locais (Waligo et al., 2013). A GITD é baseada na cooperação entre múltiplos stakeholders, incluindo governos, empresas turísticas, comunidades locais e organizações não governamentais. Outra abordagem importante para o desenvolvimento do turismo sustentável é a certificação ambiental, que permite que as empresas turísticas demonstrem o seu compromisso com as práticas sustentáveis (Liu, 2003). As certificações ambientais, como a ISO 14001, podem incentivar as empresas adotarem práticas sustentáveis e promover a transparência e a responsabilidade ambiental. Todavia, o

desenvolvimento do turismo sustentável pode enfrentar desafios significativos. Por exemplo, em destinos turísticos de massa, pode ser difícil arranjar um equilíbrio entre o desenvolvimento económico do país com a proteção do meio ambiente das comunidades locais (Dodds & Butler, 2009). Além disso, a falta de recursos financeiros e capacidade institucional pode dificultar a implementação de práticas sustentáveis em destinos turísticos menos desenvolvidos (Tosun, 2001).

2.2. Barreiras à implementação do Turismo Sustentável

O desenvolvimento do turismo sustentável enfrenta muitas barreiras para a sua implementação, que podem incluir barreiras económicas, sociais, políticas e ambientais. (Dodds & Butler, 2009) evidenciaram no artigo algumas das barreiras mais comuns à implementação de políticas de turismo sustentável, como a fraca conscientização e educação sobre o turismo sustentável, fraco envolvimento por parte dos stakeholders a falta de financiamento adequado. Além disso, as políticas de turismo sustentável são frequentemente mal compreendidas ou ignoradas pelos principais atores envolvidos no desenvolvimento do turismo, como governos empresas e comunidades locais.

Uma barreira que é constantemente identificada nos diversos artigos que analisei é a falta de compromisso por parte dos principais intervenientes da indústria do turismo, como os hotéis e os operadores turísticos.(Dodds & Butler, 2009) argumentam que muitas destas empresas consideram a sustentabilidade como um fator adicional que contribui para o aumento dos lucros, e, portanto, não priorizam a implementação de práticas sustentáveis. Por exemplo, as empresas podem optar por usar materiais mais baratos e menos duráveis em vez de materiais sustentáveis, uma vez que isso resultaria em custos de produção maiores. Além disso, muitas destas empresas têm a expectativa de que os governos forneçam incentivos financeiros para adotar práticas sustentáveis em vez de serem elas responsáveis pela sua própria implementação.

A falta de envolvimento dos stakeholders também é uma barreira importante na implementação do turismo sustentável. (Hatipoglu et al., 2016), investigaram o envolvimento dos stakeholders na região da Trácia Oriental, a Turquia, e chegaram à conclusão de que, embora exista uma estrutura formal para envolver os stakeholders no processo de planeamento, a sua eficácia é limitada devido à falta de recursos e coordenação adequada. Estes sugerem que o envolvimento

dos stakeholders deve ser mais proativo, envolvendo mais os grupos e as comunidades locais, a fim de garantir que as necessidades e as preocupações locais sejam abordadas e incorporadas no processo de planejamento.

Outra barreira significativa é a falta de conscientização e educação sobre o turismo sustentável. Muitos operadores turísticos e turistas não estão cientes dos impactos negativos que o turismo pode ter no meio ambiente e nas comunidades locais, o que pode levar a práticas insustentáveis que prejudicam o desenvolvimento do turismo sustentável. Assim, (Waligo et al., 2013) argumenta que a educação deve ser fornecida tanto para os turistas quanto para empresas e operadores turísticos, de modo a aumentar a conscientização sobre práticas sustentáveis e incentivar a implementação dessas práticas.

Por fim, a falta de financiamento é outra barreira comum na implementação do turismo sustentável (Altinay et al.; Torres-Delgado & López Palomeque, 2012). Os artigos em questão destacam que muitas vezes há uma lacuna entre as intenções das políticas de turismo sustentável e os recursos financeiros necessários para implementá-las. A falta de investimento financeiro pode dificultar a realização de melhorias ambientais, a adoção de tecnologias sustentáveis e formação de práticas de gestão responsáveis.

Existem diversas causas que contribuem para a existência destas barreiras à implementação do turismo sustentável. Desde já, podemos salientar a falta de planejamento estratégico dado que esta é frequentemente citada nos artigos, como sendo umas das principais causas às existências das barreiras à implementação do turismo sustentável (Dodds & Butler, 2009; Raad, 2019). Estes sugerem que muitas vezes os países não possuem um claro plano estratégico para o desenvolvimento do turismo sustentável, resultando em ações descoordenadas e na falta de foco em objetivos claros. Além disso, a falta de planejamento estratégico pode levar a conflitos entre as partes interessadas, nomeadamente entre o setor privado, as comunidades locais e as autoridades governamentais.

A dependência do turismo também pode ser identificada como uma das causas à existência de barreiras (Altinay et al., n.d.; Yolal, 2009). Os autores destacam que muitos países em desenvolvimento dependem fortemente do turismo como uma fonte de receita e emprego, o que pode levar a uma pressão de modo a maximizar o número de visitantes e a receita gerada pelo turismo. Esta abordagem pode ter impactos negativos na sustentabilidade ambiental, social e cultural da região e dificultar a implementação de políticas de turismo sustentável.

Outra dado que está presente nos artigos é a pressão económica que existe nos diversos países e que se constitui como uma causa para a existência das barreiras para a implementação do turismo sustentável (Liu, 2003; Torres-Delgado & López Palomeque, 2012). Estes argumentam que muitas vezes as pressões económicas que existem nos países levam a que haja um maior foco no desenvolvimento de infraestruturas turísticas de curto prazo em detrimento de práticas sustentáveis. Além disso, a falta de incentivos financeiros e apoio para investimento em práticas sustentáveis pode desencorajar o setor privado a investir no turismo sustentável.

Finalmente, temos o excesso de burocracia que é apontado por diversos autores como sendo uma das principais causas à existência de barreiras para a implementação do turismo sustentável (Dodds & Butler, 2009; Hatipoglu et al., 2016). Os autores enfatizam que a complexidade dos processos burocráticos pode dificultar a adoção de práticas sustentáveis, bem como a implementação de políticas e regulamentações necessárias para promover o turismo sustentável. A falta de clareza e a demora nos procedimentos burocráticos podem desencorajar os empreendedores no setor turístico a adotarem medidas sustentáveis.

2.3. Políticas Públicas realizadas em Portugal

O turismo sustentável é um tipo de turismo que procura conciliar o progresso económico com a conservação do meio ambiente e das comunidades locais. A promoção do turismo sustentável é uma das principais prioridades das políticas de turismo em todo o mundo, e Portugal não é exceção. Neste sentido, o país tem desenvolvido diversas políticas públicas para a implementação do turismo sustentável, com destaque para a Estratégia Turismo 2027, Plano + Sustentável 20-23, o Plano de Ação Reativar o Turismo, o PRR e o Portugal 2030.

A Estratégia Turismo 2027 é o principal documento de planeamento do setor turístico em Portugal e tem como objetivo tornar o país num dos destinos turísticos mais sustentáveis do mundo até 2027. Lançada em 2017, a Estratégia Turismo 2027, com ênfase na sustentabilidade, assenta em três pilares fundamentais: a sustentabilidade económica, a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social. Para atingir esses objetivos, a estratégia definiu várias metas e ações destinadas a promover o turismo sustentável em todo o país.

No contexto da sustentabilidade ambiental, a Estratégia Turismo 2027 visa o desenvolvimento de um turismo com menor impacto ambiental, a promoção da eficiência energética e da utilização de energias renováveis, a gestão sustentável dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade. No que diz respeito à sustentabilidade social, esta estratégia estabelece metas para fomentar a diversidade cultural, respeitar os direitos humanos, elevar as competências da população empregada no setor turístico e melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.

Adicionalmente, a Estratégia Turismo 2027 implementa um conjunto de medidas com o propósito de promover a sustentabilidade económica do setor. Estas medidas incluem o aumento da competitividade dos destinos turísticos, o estímulo à inovação e ao empreendedorismo e a diversificação da oferta turística. Estas ações têm como finalidade assegurar um turismo sustentável e lucrativo, contribuindo para o desenvolvimento económico do país sem prejudicar os recursos naturais e as comunidades locais.

Por outro lado, o Plano de Ação "Reativar o Turismo," lançado em 2020 como resposta à crise desencadeada pela pandemia da Covid-19, representa outra política pública relevante para o turismo sustentável em Portugal. Este plano tem como objetivo apoiar a recuperação do setor turístico de forma sustentável e inclusiva. Entre as medidas planeadas, destacam-se a promoção do turismo de proximidade e do turismo interno, a requalificação e modernização das infraestruturas essenciais, o desenvolvimento de programas de formação e qualificação dos profissionais do setor, e o incentivo à inovação e à digitalização da indústria turística.

Outra política pública importante para a implementação do turismo sustentável em Portugal é o Plano Turismo+ Sustentável 20-23. Este tem como objetivo principal promover um desenvolvimento sustentável do país até 2030. O plano foi desenvolvido com base nos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas e visa contribuir

para a resposta do setor à urgência dos desafios da sustentabilidade definidos à escala mundial, europeia e nacional, alinhados com os objetivos da Estratégia do Turismo 2027 e da política de retoma do setor após o Covid 19 (Plano de Ação Reativar o Turismo). Este plano é composto por quatro eixos estratégicos:

1. Estruturar uma oferta cada vez mais sustentável;
2. Promover Portugal como um destino sustentável;
3. Qualificar os agentes do setor;
4. Monitorizar o desempenho do setor para a sustentabilidade.

O primeiro pilar do plano tem como objetivo tornar o turismo em Portugal mais sustentável e inclusivo, promovendo práticas turísticas responsáveis e melhorando o acesso e as condições de vida das comunidades locais. O segundo pilar do plano visa valorizar e promover Portugal como destino turístico, melhorando a oferta turística e promovendo uma imagem mais sustentável e inovadora do país. O terceiro pilar tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento e a inovação do setor turístico em Portugal, estimulando a competitividade, a qualificação e a inovação. Este pilar pretende promover a formação de recursos humanos, o estímulo à inovação e à competitividade das empresas, o encorajamento para a criação de novos produtos e o desenvolvimento de uma rede de turismo sustentável. Por fim, o pilar da monitorização do desempenho do setor para a sustentabilidade visa garantir uma gestão eficaz e transparente no setor turístico, envolvendo todos os atores relevantes, incluindo as autoridades locais, regionais e nacionais, bem como as empresas e as comunidades locais. Este pilar também prevê a criação de uma plataforma de monitorização e avaliação da sustentabilidade no setor turístico e o estabelecimento de uma entidade coordenadora do plano para assegurar a sua implementação adequada.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é outro documento importante para o turismo sustentável em Portugal. Este foi aprovado em 2021 e prevê investimentos em diversas áreas, incluindo o turismo. Entre as medidas previstas, destacam-se a promoção da eficiência energética e da utilização de energias renováveis nas infraestruturas turísticas. Por fim, o Portugal 2030 é um programa estratégico de longo prazo que tem como objetivo promover o desenvolvimento económico e social do país até 2030. O programa prevê investimentos em diversas áreas, incluindo o turismo, e tem como objetivo promover um turismo mais sustentável e inclusive. Este programa é composto por diversas medidas de carácter sustentável, dos quais

podemos destacar a promoção do turismo de natureza e de aventura, a modernização das infraestruturas turísticas e promoção da sustentabilidade ambiental e social do setor.

CAPÍTULO 3

Metodologia

A metodologia utilizada é a combinação entre o método Delphi e o método Q-sort. Deste modo, parece-me importante começar por explicar quais são as definições, as potencialidades e as limitações destes dois métodos, e como se podem utilizar em conjunto. De seguida, vou apresentar a metodologia que vai ser utilizada no trabalho, nomeadamente as perguntas e os participantes que vão participar no questionário e porquê de estes terem sido os escolhidos.

3.1 Método Delphi

O método Delphi é uma técnica de pesquisa interativa que procura obter um consenso ou precisões por meio de uma consulta a um grupo de especialistas da área em questão. Segundo (Okoli & Pawlowski, 2004) o método Delphi é definido como um processo no qual os especialistas respondem a questionários estruturados em várias rodadas, com o objetivo de chegar a um acordo sobre um determinado assunto.

Uma das potencialidades do método Delphi, conforme mencionado no estudo de (Rowe & Wright, 1999), é a utilização da experiência dos especialistas para obter previsões confiáveis. Ao reunir especialistas de diferentes áreas relacionadas com o tópico em estudo, o método Delphi permite a obtenção de informações valiosas, que de outra forma não obteríamos, mesmo quando há falta de consenso inicial. Já o anonimato proporcionado pelo método Delphi é outro aspeto importante, destacado no estudo de (Worrell et al., 2013). Dado que ajuda a reduzir o viés do grupo e opiniões dominantes, permitindo que os especialistas expressem as suas opiniões de forma mais livre e objetiva. Isto contribuirá para a obtenção de resultados mais imparciais e fundamentados.

No entanto, o método Delphi também apresenta uma série de limitações. (Rowe & Wright, 1999) destacam que o processo pode ser afetado por vieses individuais dos especialistas. Além disso, podem surgir problemas de comunicação ao longo das diversas rodadas, o que pode levar a diferentes interpretações. Outra limitação evidenciada por (Okoli & Pawlowski, 2004) é o investimento de tempo e recursos necessários para conduzir o método Delphi. O processo pode ser demorado, especialmente quando são necessárias várias fases para atingir o consenso.

desejado. Além disso, a qualidade dos resultados depende da seleção cuidadosa dos participantes e da formulação precisa das perguntas.

(Linstone et al., n.d.) referem que este método se desenvolve através da constituição de um painel de peritos, seguido de questionários sucessivos e as consequentes respostas do painel, procurando o consenso sobre determinadas questões.

3.2 Método Q-Sort

O método Q-Sort é uma técnica de classificação que permite aos participantes organizarem os itens ou afirmações de acordo com uma escala de preferência pré-definida. Conforme mencionado por (Schmidt, 1997), o método Q-Sort envolve a classificação de itens em uma série de pilhas/tabelas, variando da mais preferida à menos preferida.

Uma das potencialidades do método Q-Sort, destacado por (Schmidt, 1997), tem a ver com a capacidade de capturar as preferências individuais e as nuances nas opiniões dos participantes. Ao permitir que cada participante classifique os itens de acordo com as suas preferências pessoais, o método Q-Sort oferece informações sobre as diferentes perspetivas e preferências individuais relativamente ao tópico em estudo. Outra potencialidade destacada por (Nowack et al., 2011) é a capacidade do método Q-Sort de identificar a diversidade de opiniões em grupo. Enquanto o método Delphi procura obter um consenso entre os especialistas, o método Q-Sort revela as diferenças nas classificações individuais e permite uma análise mais aprofundada nas preferências e opiniões dos participantes. Todavia, o método Q-Sort também possui algumas limitações. Como mencionado (Nowack et al., 2011), a interpretação dos resultados do Q-Sort é subjetiva. Isto leva a que seja necessário que as análises das classificações tenham uma compreensão mais cuidadosa das preferências individuais e das razões por trás das classificações feitas pelos participantes. Outra limitação discutida por (Nowack et al., 2011) tem a ver com o facto que o método Q-Sort poder ser influenciado pelas opiniões pessoais dos participantes. Isto acontece, pois, as preferências pessoais e subjetividade podem afetar as classificações, e isto pode levar a que os resultados sejam menos objetivos e generalizados. Por fim, a compreensão das instruções do Q-Sort também pode ser um desafio, conforme mencionado por (Schmidt, 1997). Deste modo, é necessário garantir que os participantes compreendem claramente a escala de preferências e saibam como aplicá-la corretamente os itens ou afirmações em questão.

3.3 Utilização dos dois métodos em conjunto

A utilização conjunta do método Delphi e do método Q-Sort pode proporcionar uma abordagem mais abrangente e enriquecedora na pesquisa e tomada de decisões. Embora os dois métodos sejam distintos, estes podem complementar-se e fornecer informações valiosas quando combinadas. Existem diversos artigos que oferecem diferentes perspetivas sobre como é que se pode combinar a utilização destes dois métodos, dos quais vou tentar explicar.

O primeiro artigo a mencionar é o da (Okoli & Pawlowski, 2004) onde salientam a possibilidade de combinar o método Delphi com o método Q-Sort para obter resultados mais aprofundados. Estes destacam que enquanto o método Delphi procura alcançar consenso e previsões através do anonimato e do processo iterativo, já o método Q-Sort permite que os participantes expressem as suas preferências individuais de forma mais precisa. Logo, a combinação destes dois métodos pode revelar a diversidade de opiniões e preferências dentro do grupo de especialistas, aumentando a compreensão do estudo em causa. Outra aplicação da combinação do método Delphi e do método Q-Sort é discutido por (Nowack et al., 2011). Estes estudam vários artigos com cenários baseados no método Delphi e destacam a importância de utilizar o método Q-Sort para validar e aprofundar as respostas obtidas pelo método Delphi. Deste modo, o método Q-Sort pode ajudar a identificar as opiniões divergentes e a compreender melhor as razões que estão por trás das classificações individuais, o que permite enriquecer as análises e conclusões que provêm do método Delphi.

Neste sentido, podemos concluir, que a utilização dos métodos Delphi e Q-Sort permite uma abordagem mais complementar que abrange tanto o consenso e as previsões gerais quanto às preferências individuais e a diversidade de opiniões. Esta combinação pode fornecer uma visão mais completa e precisa do fenómeno em estudo, ajudando a reduzir as limitações de ambos os métodos e a fornecer informações mais valiosas e fidedignas sobre o assunto em questão. No entanto, é importante considerar as orientações e as melhores práticas apresentadas nos artigos estudados ao aplicar estes métodos em conjunto. Desta forma, a seleção adequada dos especialistas, a formulação precisa das perguntas no método Delphi e a definição clara da escala de preferência no método Q-Sort são fatores-chave para obter resultados mais confiáveis e significativos.

3.4 Consenso no método Delphi com Q-Sort

Um dos desafios observados em vários artigos académicos está relacionado com a prematura conclusão dos estudos devido à baixa taxa de resposta, causada pela falta de participação ativa dos peritos no painel (Soares, 2009). Esta situação decorre do facto de se exigir a sua colaboração em várias rondas, incluindo a análise dos fatores em estudo, o que pode representar um esforço considerável por parte dos peritos.

Portanto, é de suma importância definir quais medidas estatísticas são mais apropriadas para determinar a existência de um nível adequado de consenso e, conseqüentemente, o encerramento do estudo.

Dado que o objetivo deste estudo é obter um consenso entre os peritos que participam na ordenação das causas das barreiras à implementação do turismo sustentável, o coeficiente Kendall W destaca-se como o método mais adequado. Este coeficiente avalia o grau de concordância entre as respostas, ou seja, a ordenação dos fatores pelos diversos peritos envolvidos no estudo (Pestana & Gageiro, 2008). O coeficiente Kendall W varia entre 0 (sem consenso) e 1 (consenso perfeito) (Schmidt, 1997), sendo que um valor elevado indica um consenso generalizado entre os peritos em relação ao padrão utilizado para avaliar os diferentes elementos.

CAPÍTULO 4

Desenvolvimento do questionário e resultados

Neste capítulo, pretendo descrever o processo detalhado de elaboração do questionário utilizado para investigar as causas das barreiras à implementação do turismo sustentável em Portugal. O questionário foi desenvolvido com base em hipóteses validadas por meio de revisão da literatura académica e contou com a participação de um painel de 8 peritos composto por académicos, profissionais do setor e membros da administração pública.

4.1 Revisão da Literatura e Formulação das Hipóteses

Antes da elaboração do questionário, realizei uma revisão rigorosa da literatura académica relacionada ao turismo sustentável e às barreiras que impedem sua efetiva implementação. Essa revisão proporcionou-me uma base sólida para a formulação das hipóteses que norteariam a minha pesquisa. Neste sentido, as hipóteses foram cuidadosamente desenvolvidas a partir das conclusões destacadas nos artigos académicos consultados.

4.2 Composição do Painel de Peritos

A seleção dos peritos que compõem o painel exerce uma influência direta na qualidade do trabalho final. Portanto, o processo de constituição do painel visou escolher especialistas com conhecimentos relevantes para o tema em análise. Para isso, identificaram-se peritos académicos com reconhecida experiência no assunto e estabeleceram-se contactos com profissionais da indústria.

A elaboração do questionário contou com a valiosa contribuição de um painel de 8 peritos altamente qualificados e diversificados. Este painel foi cuidadosamente selecionado para abranger uma variedade de perspectivas e conhecimentos relevantes para o turismo sustentável em Portugal. Composto por três académicos, quatro profissionais do setor e um representante da administração pública, o que significa que o painel representava uma gama abrangente de experiências e competências.

4.3 Estrutura do Questionário

O questionário foi elaborado com base nas hipóteses formuladas e nas perguntas de pesquisa que visavam identificar as causas das barreiras para a implementação do turismo sustentável. Foram formuladas três perguntas-chave:

- **Quais são as causas para a existência de um fraco envolvimento por parte dos stakeholders para a implementação do turismo sustentável?**
- **Quais são as causas para a existência de uma fraca conscientização e educação da população portuguesa sobre o turismo sustentável?**
- **Quais são as causas para a falta de financiamento para a implementação do turismo sustentável?**

4.4 Primeira ronda do estudo

A 1ª Ronda iniciou-se no dia 20 de Julho e terminou no dia 31 de Agosto, tendo sido enviado o questionário a 12 membros constituintes do painel inicial ao que foram recebidas 8 respostas.

No início da ronda, foi enviado aos membros do painel um email, onde me apresentei e expliquei qual era a tema e o objetivo da minha tese. De seguida, expliquei quais eram os objetivos do questionário e como é que os participantes deviam proceder à sua ordenação. Foi também solicitado aos membros do painel a sugestão hipóteses que não estivessem na lista, não recebido nenhuma proposta.

O questionário era composto pelas 3 perguntas e 11 hipóteses já referidos anteriormente, sendo que os peritos membros do painel deviam proceder à sua ordenação, considerando o valor 1 como o mais importante e o valor 11 como o menos importante. (Tabela 1 Anexo I)

Depois de obtidas as respostas dos membros do painel, procedeu-se à análise das mesmas, o que levou à ordenação final de respostas apresentada na tabela 1,2 e 3 (Anexo II). O coeficiente Kendall W usado para determinar a concordância dos membros em termos de ordenação foi de: $W=0,38$ para a primeira pergunta, $W= 0,29$ para a segunda pergunta e $W=0,36$ para a terceira pergunta, o que demonstra um nível de consenso moderado para cada uma das perguntas.

No entanto, através da análise deste coeficiente, chegou-se à conclusão que não tinha sido atingido um nível de consenso estatisticamente significativo e procedeu-se à elaboração de mais uma ronda com vista a obter um melhor consenso entre os membros do painel.

4.5 Segunda ronda do estudo

A execução desta ronda teve como objetivo melhorar a convergência de opiniões entre os membros do painel relativamente à ordenação dos 11 fatores do tema em estudo.

Anteriormente, foi enviado um email aos membros do painel, no qual constava a lista com a ordenação obtida na 1ª ronda, composto pela média e pelos pontos obtidos por cada fator. Disponibilizei este documento para que os membros do painel tivessem uma informação mais detalhada sobre a 1ª ronda e pudessem reavaliar as respostas na 2ª Ronda.

Esta ronda realizou-se entre 4 a 18 de Setembro e foi pedido aos membros do painel que realizassem uma nova ordenação dos fatores em estudo seguindo a mesma lógica de ordenação da 1ª ronda. Dos 8 membros do painel foram recebidas 7 participações nesta 2ª ronda.

Depois de obtidas as respostas dos membros do painel, procedeu-se à análise das mesmas, o que levou à ordenação final das respostas apresentada na tabela 5,6,7 (Anexo III). O coeficiente Kendall W usado para determinar a concordância dos membros do painel em termos de ordenação foi de: $W=0,26$ para a primeira pergunta, $W=0,11$ para a segunda pergunta e $W=0,21$ para a terceira pergunta, o que demonstra um nível de consenso relativamente fraco para cada uma das perguntas.

Neste sentido, chegou-se à conclusão que não tinha sido atingido um nível de consenso significativo pelo que se procedeu à elaboração de mais uma ronda com vista a obter um melhor consenso entre os membros do painel.

4.6 Terceira ronda do estudo

A execução desta ronda teve como objetivo melhorar a convergência de opiniões entre os membros do painel relativamente à ordenação dos 11 fatores do tema estudo.

Previamente, foi enviado um email aos membros do painel, no qual contava a lista com a ordenação obtida na 2ª ronda, no qual contava a lista com a ordenação obtida na 2ª ronda, composta pela média e pelos pontos obtidos por cada fator. Disponibilizei este documento para que os membros do painel tivessem uma informação mais detalhada sobre a 2ª ronda e pudessem reavaliar as respostas na 3ª ronda.

Esta ronda realizou-se entre 22 e 29 de Setembro e foi pedido aos membros do painel que realizassem uma nova ordenação dos fatores em estudo seguindo a mesma lógica de ordenação da 1ª e 2ª ronda. Dos 7 membros do painel foram recebidas 7 participações nesta 2ª ronda.

Depois de obtidas as respostas dos membros do painel, procedeu-se à análise dos mesmos, o que levou à ordenação final das respostas apresentadas na tabela 8,9,10 (Anexo IV). O coeficiente Kendall W usado para determinar a concordância dos membros do painel em termos de ordenação foi de: $W=0,50$ para a primeira pergunta, $W=0,57$ para a segunda pergunta e $W=0,63$ para a terceira pergunta, o que demonstra um nível de consenso relativamente considerável para cada uma das perguntas.

Neste sentido, chegou-se à conclusão que tinha sido atingido uma convergência na opinião dos peritos pelo que não houve a necessidade da realização de mais nenhuma ronda.

4.7 Análise dos resultados

Considerando a análise da literatura e com base nos dados recolhidos durante as três rondas do estudo Delphi, pretende-se agora investigar e analisar os resultados obtidos. Deste modo, procederei à análise dos resultados obtidos nas diferentes rondas, com o intuito de compreender mais aprofundamente a concordância entre os participantes.

Relativamente à primeira ronda, os valores de teste W de Kendall (0,38 para a primeira pergunta, 0,29 para a segunda pergunta e 0,36 para a terceira pergunta) indicam o grau de concordância entre os participantes em relação à ordenação dos fatores que contribuem para as barreiras para a implementação do turismo sustentável.

Para a primeira pergunta, onde a questão era sobre o fraco envolvimento dos stakeholders, o valor de W de 0,38 sugere uma concordância moderada entre os participantes em relação à importância dos fatores. Os peritos consideram como fatores menos relevantes, a falta de qualificação por parte dos profissionais de saúde e a falta de apoio político, ao contrário da falta de definições claras e excesso de burocracia que aparecem no topo da lista.

Para a segunda pergunta, que abordou as causas para a existência de uma fraca conscientização e educação sobre o turismo sustentável, o valor de $W=0,29$ indica uma concordância mais fraca entre os participantes. Isto sugere que pode haver uma variação maior nas opiniões sobre a importância desses fatores. Todavia, ainda é possível de observar que a falta de apoio político e a falta de qualificação por parte dos profissionais da saúde permanecem como os fatores menos relevantes, sendo que a falta de definições claras e falta de visão a longo prazo destacam-se como os fatores com maior preponderância.

Para a terceira pergunta, que se referia as causas para a falta de financiamento para o turismo sustentável, o valor de W de 0,36 também indica uma concordância moderada. Aqui, mais uma vez a falta de apoio político e falta de qualificação por parte dos profissionais do setor aparecem como os menos relevantes, sendo que a falta de visão a longo prazo e o excesso de burocracia surgem no topo da lista.

Após analisar as duas rondas de classificação dos fatores relacionadas às causas para a existência de barreiras para a implementação do turismo sustentável, tanto os da maior importância e da menor importância, podemos tirar algumas conclusões importantes.

Para a primeira pergunta, onde a questão era sobre o fraco envolvimento dos stakeholders, o valor de W de 0,26 sugere uma concordância fraca entre os participantes em relação à importância dos fatores. Relativamente à ordenação, ficou claro que a falta de definições claras, o excesso de burocracia e a falta de visão a longo prazo foram consistentemente identificados como os fatores de maior importância nas duas rondas de classificação. Isso sugere que essas questões são cruciais para abordar o problema do envolvimento insuficiente das partes interessadas no contexto do turismo sustentável. Em ambas as rondas, a falta de qualificação por parte dos profissionais do setor e a falta de apoio político foram classificadas como as menos relevantes, indicando que, embora ainda sejam consideradas importantes podem não ser tão prementes quanto os primeiros fatores.

Para a segunda pergunta, que abordou as causas para a existência de uma fraca conscientização e educação sobre o turismo sustentável, o valor de $W=0,11$ indica uma concordância muito fraca entre os participantes. No que diz respeito à ordenação, mais uma vez, a falta de visão a longo prazo e a falta de definições claras foram consideradas como questões críticas em ambas as rondas. Todavia, a segunda ronda adicionou a falta de integração na política do governo como sendo um fator importante. Os participantes também consideraram que o uso ineficiente de recursos e a falta de qualificação por parte dos profissionais de saúde são menos relevantes, embora ainda sejam fatores a ter em conta.

Para a terceira pergunta, que se referia as causas para a falta de financiamento para o turismo sustentável, o valor de W de 0,21 também indica uma concordância fraca. Finalmente, no que diz respeito à ordenação dos fatores, mais uma vez, a falta de visão a longo prazo e a falta de definições claras foram destacadas como as principais preocupações em ambas as rondas. A segunda ronda acrescentou a prioridade económica versus prioridade ambiental como uma questão crítica. Os fatores de menor importância incluíram o uso ineficiente de recursos e a falta de coordenação entre as entidades.

Relativamente aos fatores que se situam no meio de tabela, a maioria manteve a sua posição nas duas rondas, o que mostra que eles são percebidos como questões persistentes. No entanto, houve umas algumas leves mudanças nas classificações, o que reflete uma mudança de paradigma na perceção dos participantes sobre a importância relativa desses fatores. É importante destacar, que mesmo estando no meio da tabela, estes fatores continuam a desempenhar papéis significativos nos desafios enfrentados, hoje em dia, na implementação do turismo sustentável.

Nas três rondas sobre as causas para a existência de barreiras para a implementação do turismo sustentável, podemos observar algumas tendências e mudanças significativas nas perceções dos participantes relativamente às questões abordadas.

Na primeira pergunta, tornou-se claro que os participantes consideram a “Falta de visão a longo prazo” como um fator de extrema importância, sendo que acabou na primeira posição na terceira ronda. Outro fator relevante foi a “falta de visão holística como parte integrante do sistema”, que foi constantemente destacada, e permaneceu nos lugares cimeiros durante as três rondas.

“A prioridade económica versus prioridade ambiental” e o “excesso de burocracia” foram consistentemente percebidos como desafios significativos. Todavia, ao longo das três rondas notou-se uma certa melhoria na perceção dos participantes que o “excesso de burocracia” pode ser menos problemático.

“A falta de vontade política” e a “falta de definições claras” também foram preocupações constantes, embora tenha havido alguma flutuação na sua classificação. “Falta de integração na política do governo” e “falta de coordenação entre as diferentes entidades” mantiveram-se como desafios importantes, enquanto “Uso ineficiente de recursos” permaneceu, ao longo das três rondas, como um fator de menos preocupação. Por fim, a “falta de qualificação dos profissionais do setor de saúde” e a “falta de apoio político” foram consistentemente classificados como os fatores de menos importância.

Para a segunda pergunta a “Falta de visão a longo prazo” apareceu consistentemente como o fator mais importante, ao longo das três rondas, relativamente ao problema da fraca conscientização e educação sobre o turismo sustentável. Isto mostra que uma visão a longo prazo é essencial para aumentar a conscientização e educação sobre o turismo sustentável, sendo que esta visão tem de ser feita em conjunto pelos atores políticos e económicos, com a participação da sociedade civil.

“Excesso de burocracia” e “Prioridade económica versus prioridade ambiental” permaneceram como causas persistentes à fraca conscientização e educação do turismo sustentável ao longo das três rondas em questão. No entanto, a “falta de integração na política do governo” subiu para segunda lugar na terceira ronda, o que demonstra uma crescente conscientização sobre a necessidade da integração das políticas de turismo sustentável nas políticas do governo.

O uso ineficiente de recursos ganhou destaque nas duas últimas rondas, o que indica que os participantes passaram a reconhecer a sua relevância como um desafio significativo. “A falta de apoio político” foi consistentemente percebida como uma preocupação, embora tenha havido algumas flutuações na classificação desta. Por fim, “a falta de qualificação por parte dos profissionais do setor” ocupou consistentemente o último lugar, o que demonstra que os participantes pensam que este é um fator com menos de relevância em comparação com os demais.

Na terceira pergunta sobre a falta de financiamento para a implementação do turismo sustentável, observa-se que os participantes mantiveram consistentemente a “Falta de integração na política do governo” como a causa mais premente ao longo das três rondas. Este destaque que a integração adequada de políticas sustentáveis na política do governo é essencial para garantir o financiamento necessário para implementar práticas sustentáveis no setor do turismo.

O “excesso de burocracia” manteve a sua importância ao longo das três décadas, mantendo a segunda posição ao longo das três rondas. Isto indica claramente que os participantes consideram a burocracia como obstáculo significativo na obtenção de financiamento para as iniciativas sustentáveis do turismo. A “prioridade económica versus prioridade ambiental” aparece com um desafio persistente, o que destaca a tensão que existe entre os objetivos económicos e os objetivos ambientais na procura pelo financiamento.

Embora tenha havido algumas flutuações na classificação da “falta de visão a longo prazo” e a “falta de vontade política”, esses elementos continuam a ser percebidos como revelantes pelos participantes. Em relação, “à falta de apoio político” e a “falta de uma visão holística como parte integrante do sistema” estes ocuparam as posições intermediárias ao longo das três rondas, indicando preocupações moderadas pelos participantes relativamente a estes tópicos.

Por fim, a “falta de coordenação entre as entidades”, o “uso ineficiente de recursos” e a “falta de qualificação por parte dos profissionais do setor” continuaram a ser classificados como os fatores com menos importância relativamente aos demais.

A análise da terceira pergunta ressalta a preocupação contínua dos participantes com falta de integração de políticas na política do governo, o excesso de burocracia e as tensões existentes na prioridade económica versus prioridade ambiental no contexto de financiamento do turismo sustentável. Para além disso, também reflete a possibilidade de que os participantes possam estar se a tornar mais conscientes e em alerta sobre a necessidade de definições mais claras e de uma coordenação mais eficaz entre as diferentes entidades de modo a alcançar um mecanismo desejado.

Os resultados indicam que os participantes reconhecem a importância de uma visão a longo prazo. Essa perspetiva é consistente com as afirmações (Torres-Delgado & López Palomeque, 2012) que destacaram a necessidade de estratégias a longo prazo para promover o turismo sustentável. Além disso, (Altinay et al., n.d.) também pode apoiar indiretamente este tópico, uma vez que o desenvolvimento frequentemente envolve metas e objetivos a longo prazo.

Relativamente à integração governamental, os resultados estão em consonância com a literatura existente, nomeadamente a de (Hatipoglu et al., 2016) onde destacam a necessidade de envolvimento governamental e coordenação para abordar questões do turismo sustentável. Além disso, (Tosun, 2001) contribui para esta perspetiva, uma vez que aborda os desafios do desenvolvimento do turismo sustentável em destinos em desenvolvimento, como é o caso da Turquia.

A tese ressalta a necessidade de reduzir a burocrática, o que encontra paralelo na literatura existente. Dado que, (Raad, 2019) afirma no seu artigo a urgência da simplificação de procedimentos e de burocracia no contexto da implementação do turismo sustentável. Também podemos salientar o artigo de (Waligo et al., 2013) sobre a implementação do turismo sustentável destaca a importância de remover os obstáculos burocráticos de forma que a colaboração entre as entidades possa ser feita de uma forma mais eficaz.

Os resultados também apontam para uma necessidade de uma maior clareza nas medidas e políticas sustentáveis, o que está em linha com a pesquisa de (Yolal, 2009), onde este explora as políticas públicas e o turismo na Turquia e destaca a importância de uma comunicação clara e eficaz.

Desta forma, podemos concluir que os resultados da tese estão de acordo com uma variedade de estudos anteriores que destacam a importância da visão a longo prazo, integração governamental, redução burocrática, clareza nas políticas. No entanto, esta tese acrescenta valor ao estudo, uma vez que demonstra a crescente conscientização dos participantes sobre estas questões, o que indica um progresso significativo na abordagem das barreiras à implementação do turismo sustentável.

Relativamente à coordenação entre as diferentes entidades aparece como um dos tópicos onde há menos concordância entre os participantes, o que não é apoiado pelo estudo (Nowack et al., 2011), onde estes realizaram estudos baseados no método delphi e enfatizaram a necessidade de coordenação entre as entidades para lidar com os desafios complexos. Isso pode significar que os participantes deram menos importância à colaboração entre as diferentes entidades em detrimento dos outros tópicos.

CAPÍTULO 5

Conclusões

A presente tese de mestrado investigou as causas subjacentes às barreiras que impedem a efetiva implementação do turismo sustentável. Utilizando uma abordagem multidisciplinar baseados em estudos anteriores, foram examinados diversos fatores e desafios que influenciam essa implementação em diferentes contextos e locais. A análise dos dados relevou conclusões significativas para a teoria, e que têm implicações formulação de políticas públicas e apontam para futuras áreas de pesquisa.

Os resultados desta pesquisa contribuem para a teoria do turismo sustentável ao destacar a importância de vários fatores críticos que afetam a sua implementação. Em particular, os achados sugerem que uma visão a longo prazo é essencial para garantir o sucesso das iniciativas de turismo sustentável. Isso alinha-se com a perspectiva de Linstone et al. (2003) e Dodds & Butler (2009) sobre a necessidade de um compromisso a longo prazo com políticas sustentáveis.

A pesquisa também sublinha a importância da integração governamental, conforme discutido por Hatipoglu et al. (2016) e Raad (2019), como um elemento determinante na superação de barreiras. A redução da carga burocrática, conforme mencionado por Altinay et al. (sem data), foi identificada como uma medida prática para promover a implementação de políticas sustentáveis.

Os resultados desta tese têm implicações significativas para o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao turismo sustentável. Estes sugerem que as autoridades governamentais devem adotar uma abordagem mais proativa na promoção de políticas de turismo sustentável que envolvam uma visão a longo prazo e uma integração na política do governo. Além disso, a simplificação dos processos burocráticos e a clareza nas medidas e definições de políticas sustentáveis são cruciais para remover obstáculos à implementação.

As conclusões também destacam a necessidade de um compromisso contínuo e aprofundado com a integração de políticas em diferentes setores governamentais. Isso pode ser alcançado por meio de estratégias que incentivem a colaboração interinstitucional, conforme recomendado por Torres-Delgado & López Palomeque (2012), e por meio da participação de múltiplas partes interessadas, conforme apontado por Hatipoglu et al. (2016).

Todavia, esta pesquisa não está isenta de limitações. Uma delas é a natureza da metodologia Delphi, que depende da participação e da opinião dos especialistas. Além disso, a pesquisa concentrou-se numa variedade de locais e contextos, mas não em todos os desafios que podem surgir na implementação do turismo sustentável.

Sugere-se que pesquisas futuras possam aprofundar a compreensão dos obstáculos específicos em contextos geográficos e culturais diferentes, levando em consideração as peculiaridades locais. Além disso, a investigação pode se expandir para examinar as experiências práticas de implementação de políticas sustentáveis em diferentes destinos turísticos, a fim de fornecer insights mais concretos sobre as estratégias eficazes.

Em resumo, esta tese contribui significativamente para o campo do turismo sustentável, identificando fatores-chave que influenciam a implementação de políticas sustentáveis. Suas implicações para políticas públicas sugerem direções promissoras para o desenvolvimento de estratégias eficazes e práticas de turismo sustentável, ao mesmo tempo que reconhece as suas limitações e aponta para futuras áreas de pesquisa.

Referências Bibliográficas

Altinay, L., Var, T., Hines, S., & Hussain, K. (n.d.). Barriers to Sustainable Tourism Development in Jamaica. *Tourism Analysis*, 12.

Golghamat Raad, N. (2019). A Strategic Approach to Tourism Development Barriers in Iran. *Journal of Tourism & Hospitality*, 8(3). <https://doi.org/10.35248/2167-0269.19.8.410>

Hatipoglu, B., Alvarez, M. D., & Ertuna, B. (2016). Barriers to stakeholder involvement in the planning of sustainable tourism: The case of the Thrace region in Turkey. *Journal of Cleaner Production*, 111, 306–317. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.11.059>

Linstone, H. A., Turoff, M., & Helmer, O. (n.d.). *The Delphi Method: Techniques and Applications*.

Liu, Z. (2003). Sustainable Tourism Development: A Critique.

Logar, I. (2010). Sustainable Tourism Management in Crikvenica, Croatia: An Assessment of Policy Instruments. *Tourism Management*, 31(1), 125–135. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2009.02.005>

Nowack, M., Endrikat, J., & Guenther, E. (2011). Review of Delphi-Based Scenario Studies: Quality and Design Considerations. *Technological Forecasting and Social Change*, 78(9), 1603–1615. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2011.03.006>

Okoli, C., & Pawlowski, S. D. (2004). The Delphi Method as a Research Tool: An Example, Design Considerations, and Applications. *Information and Management*, 42(1), 15–29. <https://doi.org/10.1016/j.im.2003.11.002>

Rowe, G., & Wright, G. (1999). The Delphi Technique as a Forecasting Tool: Issues and Analysis. *International Journal of Forecasting*

Torres-Delgado, A., & López Palomeque, F. (2012). The Growth and Spread of the Concept of Sustainable Tourism: The Contribution of Institutional Initiatives to Tourism Policy. *Tourism Management Perspectives*, 4, 1–10. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2012.05.001>

Tosun, C. (2001). Challenges of Sustainable Tourism Development in the Developing World: The Case of Turkey. *Tourism Management*, 22.

Waligo, V. M., Clarke, J., & Hawkins, R. (2013). Implementing Sustainable Tourism: A Multi-Stakeholder Involvement Management Framework. *Tourism Management*, 36, 342–353. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.10.008>

Worrell, J. L., Di Gangi, P. M., & Bush, A. A. (2013). Exploring the Use of the Delphi Method in Accounting Information Systems Research. *International Journal of Accounting Information Systems*, 14(3), 193–208. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2012.03.003>

Yolal. (2009). *Public Policy and Sustainable Tourism in Turkey*.

Alves, J. (2020, December 18). *Conhecer os desafios ajuda a encontrar o caminho?* Wwww.ey.com; EY. https://www.ey.com/pt_pt/purpose/conhecer-os-desafios-ajuda-a-encontrar-o-caminho

Biggs, D., Hall, C. M., & Stoeckl, N. (2012). The resilience of formal and informal tourism enterprises to disasters: reef tourism in Phuket, Thailand. *Journal of Sustainable Tourism*, 20(5), 645–665. <https://doi.org/10.1080/09669582.2011.630080>

Dias, Á., Patuleia, M., Silva, R., Estêvão, J., & González-Rodríguez, M. R. (2022). Post-pandemic recovery strategies: revitalizing lifestyle entrepreneurship. *Journal of Policy Research in Tourism Leisure and Events*, 14(2), 97–114. <https://doi.org/10.1080/19407963.2021.1892124>

Dodds, R. (2016). *Inaction More Than Action: Barriers to The Implementation of sustainable tourism policies*.

https://www.academia.edu/22349406/Inaction_More_Than_Action_Barriers_to_The_Implementation_of_Sustainable_Tourism_Policies

Estratégia Turismo 2027 (ET2027). (n.d.). Turismodeportugal.pt. Retrieved May 5, 2023, from https://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/Estrategia/Estrategia_2027/Paginas/default.aspx.

Huang, R.-Y., Chang, W.-J., Chung, Y.-C., Yin, Y.-S., & Yen, J. C. (2020). A literature review of sustainable tourism (1990-2016): Development trajectory and framework. *International Journal of Tourism & Hospitality Reviews*, 6(1), 20–49. https://www.academia.edu/41706897/A_LITERATURE_REVIEW_OF_SUSTAINABLE_TOURISM_1990_2016_DEVELOPMENT_TRAJECTORY_AND_FRAMEWORK

Justo, C. (n.d.). *A Técnica Delphi de Formação de Consensos*. Silo.Tips. Retrieved May 10, 2023, from <https://silo.tips/download/a-tecnica-delphi-de-formacao-de-consensos>.

Özgit, H., & Öztüren, A. (2021). Conclusion: how could tourism planners and policymakers overcome the barriers to sustainable tourism development in the small island developing state of North Cyprus? *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 13(4), 545–552. <https://doi.org/10.1108/whatt-03-2021-0049>

Plano de Ação “Reativar o Turismo. (n.d.). Turismodeportugal.pt. Retrieved May 5, 2023, from https://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/Estrategia/plano-acao-reativar-turismo/Paginas/default.aspx.

Schmidt, R. C. (1997). Managing Delphi surveys using nonparametric statistical techniques. *Decision Sciences*, 28(3), 763–774. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5915.1997.tb01330.x>

Soares, D. (2009). *Interoperabilidade entre sistemas de Informação na Administração Pública* [Universidade do Minho]. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10539?mode=full>

von Bergner, N. M., & Lohmann, M. (2014). Future challenges for global tourism: A Delphi survey. *Journal of Travel Research*, 53(4), 420–432. <https://doi.org/10.1177/0047287513506292>

Plano Turismo mais sustentável 20-23. (n.d). Turismodeportugal.pt. Retrieved May 5, 2023, from <https://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sustentabilidade/plano-turismo-mais-sustentavel-20-23-pt-jun-2021.pdf>.

ANEXOS

Anexo I

Quais são as causas para a existência de um fraco envolvimento por parte dos stakeholders?	
Excesso de Burocracia	
Falta de vontade política	
Prioridade económica versus prioridade ambiental	
Falta de visão a longo prazo	
Falta de integração na política de Governo	
Falta de definições claras	
Uso ineficiente de recursos	
Falta de uma visão holística do turismo como parte integrante do sistema	
Falta de coordenação entre as diferentes entidades	
Falta de apoio político	
Falta de qualificação por parte dos profissionais do setor	

Tabela 1: Exemplo de uma pergunta do questionário

Fonte: Própria

Anexo II

Quais são as causas para a existência de um fraco envolvimento por parte dos stakeholders?	Média	Soma
Falta de definições claras	3,44	31
Excesso de burocracia	3,67	33
Falta de visão a longo prazo	3,78	34
Falta de coordenação entre as entidades	5,56	50
Prioridade económica versus prioridade ambiental	5,67	51
Falta de uma visão holística como parte integrante do sistema	6,11	55
Uso ineficiente de recursos	6,33	57
Falta de vontade política	7,00	63
Falta de integração na política do Governo	7,44	67
Falta de qualificação por parte dos profissionais do setor	8,44	76
Falta de apoio político	8,56	77

W= 0,38

Tabela 2: Ordenação final da 1ª Pergunta na 1ª Ronda

Fonte: Própria

Quais são as causas para a existência de um fraco conscientização e educação sobre o turismo sustentável?	Média	Soma
Falta de visão a longo prazo	3,11	28
Falta de definições claras	3,89	35
Prioridade Económica versus prioridade ambiental	5,33	48
Excesso de burocracia	5,56	50
Falta de integração na política do Governo	5,67	51
Falta de uma visão holística como parte integrante do sistema	6,00	54
Uso ineficiente de recursos	6,22	56
Falta de coordenação entre as diferentes entidades	6,67	60
Falta de vontade política	7,11	64
Falta de apoio político	8,11	73
Falta de qualificação por parte dos profissionais do setor	8,33	75

W= 0,29

Tabela 3: Ordenação final da 2ª Pergunta na 1ª Ronda

Fonte: Própria

Quais são as causas para a falta de financiamento para a implementação do turismo sustentável?	Média	Soma
Falta de visão a longo prazo	3,33	30
Excesso de burocracia	3,33	30
Prioridade económica versus prioridade ambiental	5,22	47
Falta de integração na política do Governo	5,22	47
Falta de uma visão holística do turismo como parte integrante do sistema	5,78	52
Falta de definições claras	5,78	52
Uso ineficiente de recursos	6,67	60
Falta de vontade política	6,78	61
Falta de coordenação entre as diferentes entidades	6,78	61
Falta de apoio político	8,00	72
Falta de qualificação por parte dos profissionais do setor	9,11	82

W= 0,36

Tabela 4: Ordenação final da 3ª Pergunta na 1ª Ronda

Fonte: Própria

Anexo III

Quais são as causas para a existência de um fraco envolvimento por parte dos stakeholders?	Média	Soma	Ordenação 1ª Ronda
Falta de uma visão holística como parte integrante do sistema	4,00	32	6
Falta de definições claras	4,38	35	1
Excesso de burocracia	4,50	36	2
Falta de visão a longo prazo	4,75	38	3
Prioridade económica versus prioridade ambiental	5,63	45	5
Falta de integração na política do governo	6,13	49	9
Falta de coordenação entre as diferentes entidades	6,13	49	4
Falta de vontade política	6,25	50	8
Uso ineficiente de recursos	6,38	51	7
Falta de qualificação por parte dos profissionais do setor	8,88	71	10
Falta de apoio político	9,00	72	11

W= 0,26

Tabela 5: Ordenação final da 1ª Pergunta na 2ª Ronda

Fonte: Própria

Quais são as causas para a existência de um fraca conscientização e educação sobre o turismo sustentável?	Média	Soma	Ordenação 1ª Ronda
Falta de visão a longo prazo	4,50	36	1
Falta de integração na política do governo	4,75	38	5
Falta de definições claras	5,00	40	2
Excesso de burocracia	5,38	43	4
Falta de uma visão holística como parte integrante do sistema	5,50	44	6
Falta de vontade política	5,75	46	9
Prioridade económica versus prioridade ambiental	6,50	52	3
Uso ineficiente de recursos	6,50	52	7
Falta de coordenação entre as diferentes entidades	6,88	55	8
Falta de apoio político	7,63	61	10
Falta de qualificação por parte dos profissionais do setor	7,63	61	11

W=0,11

Tabela 6: Ordenação final da 2ª Pergunta na 2ª Ronda

Fonte: Própria

Quais são as causas para a falta de financiamento para a implementação do turismo sustentável?	Média	Soma	Ordenação 1ª Ronda
Falta de integração na política do governo	3,88	31	4
Excesso de burocracia	4,38	35	2
Falta de visão a longo prazo	4,63	37	1
Prioridade económica versus prioridade ambiental	5,13	41	3
Falta de definições claras	5,63	45	6
Falta de vontade política	6,00	48	8
Falta de apoio político	6,00	48	10
Falta de uma visão holística como parte integrante do sistema	6,13	49	5
Falta de coordenação entre as diferentes entidades	8,00	64	9
Falta de qualificação por parte dos profissionais do setor	8,00	64	11
Uso ineficiente de recursos	8,25	66	7

W= 0,21

Tabela 7: Ordenação final da 3ª Pergunta na 2ª Ronda

Fonte: Própria

Quais são as causas para a existência de um fraco envolvimento por parte dos stakeholders?	Média	Soma	Ordenação 1ª Ronda	Ordenação 2ª Ronda	Ordenação 3ª Ronda
Falta de uma visão a longo prazo	2,50	20	3	4	1
Falta de uma visão holística como parte integrante do Sistema	2,88	23	6	1	2
Prioridade económica versus prioridade ambiental	4,50	36	5	5	3
Excesso de burocracia	5,00	40	2	3	4
Falta de vontade política	5,13	41	8	8	5
Falta de definições claras	5,88	47	1	2	6
Falta de integração na política do governo	6,50	52	9	6	7
Falta de coordenação entre as diferentes entidades	6,63	53	4	7	8
Falta de qualificação por parte dos profissionais do setor	8,00	64	10	10	9
Uso ineficiente de recursos	9,13	73	7	9	10
Falta de apoio político	9,88	79	11	11	11

W= 0,50

Tabela 8: Ordenação final da 1ª Pergunta na 3ª Ronda

Fonte: Própria

Quais são as causas para a existência de um fraco conscientização e educação sobre o turismo sustentável?	Média	Soma	Ordenação 1ª Ronda	Ordenação 2ª Ronda	Ordenação 3ª Ronda
Falta de uma visão a longo prazo	2,25	18	1	1	1
Excesso de burocracia	3,75	30	4	4	2
Prioridade económica versus prioridade ambiental	3,75	30	3	7	3
Falta de uma visão holística como parte integrante do sistema	4,38	35	6	5	4
Falta de integração na política do governo	5,25	42	5	2	5
Uso ineficiente de recursos	5,25	42	7	8	6
Falta de apoio político	6,63	53	10	10	7
Falta de qualificação por parte dos profissionais do setor	7,50	60	11	11	8
Falta de definições claras	8,00	64	2	3	9
Falta de vontade política	8,63	69	9	6	10
Falta de coordenação entre as diferentes entidades	10,63	85	8	9	11

W=0,57

Tabela 9: Ordenação final da 2ª Pergunta na 3ª Ronda

Fonte: Própria

Quais são as causas para a falta de financiamento para a implementação do turismo sustentável?	Média	Soma	Ordenação 1ª Ronda	Ordenação 2ª Ronda	Ordenação 3ª Ronda
Falta de integração na política do governo	2,38	19	4	1	1
Excesso de burocracia	2,75	22	2	2	2
Prioridade económica versus prioridade ambiental	3,50	28	3	4	3
Falta de visão a longo prazo	3,88	31	1	3	4
Falta de vontade política	5,13	41	8	6	5
Falta de definições claras	5,75	46	6	5	6
Falta de apoio político	7,50	60	10	7	7
Falta de uma visão holística como parte integrante do governo	7,50	66	5	8	8
Falta de coordenação entre as diferentes entidades	8,25	66	9	9	9
Uso ineficiente de recursos	8,88	71	7	11	10
Falta de qualificação por parte dos profissionais do setor	9,50	76	11	10	11

W=0,63

Tabela 10: Ordenação final da 3ª Pergunta na 3ª Ronda

Fonte: Própria